

---

## V Consulta Pública

### Fórum de Participação Social do IPPDH

#### Políticas Públicas Regionais para a Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas LGBTI

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL convida as organizações e os movimentos sociais a participar da V Consulta Pública do Fórum de Participação Social do IPPDH, a ser realizada com a colaboração da Unidade de Apoio a Participação Social do MERCOSUL (UPS).

O Fórum de Participação Social do IPPDH é um espaço permanente e constante de diálogo, consulta e reflexão do Instituto com a sociedade civil. Neste marco, organizamos semestralmente as Consultas Públicas com a participação de organizações e movimentos sociais da região para compartilhar análises de conjunturas, aprofundar temáticas relevantes e oportunas e construir propostas regionais de incidência.

**Políticas Públicas Regionais para Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas LGBTI** é o tema da V Consulta Pública do Fórum de Participação Social do IPPDH, que consistirá em um espaço de diálogo para análises e reflexão dos avanços e desafios da região sobre políticas para as pessoas LGBTI.

Os **objetivos principais** desta V Consulta Pública são:

- Discutir e sistematizar propostas das organizações e movimentos sociais participantes para a agenda e o novo Plano de Trabalho da Comissão Permanente LGBTI da Reunião das Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH).
- Possibilitar um espaço de troca entre atores sociais sobre a atual conjuntura, iniciativas, práticas e políticas locais, nacionais e regionais em matéria de promoção e proteção de direitos das pessoas LGBTI.

**Participantes:** Representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais da região.

**Fecha:** 17/08/2017, de 9 a 17 horas.

**Lugar:** IPPDH (Av. Libertador 8151, Cidade de Buenos Aires, Argentina).

\* A Consulta será transmitida ao vivo por internet e permitirá participação virtual. Inscrições através do correio electrónico: [consultapublica@ippdh.mercosur.int](mailto:consultapublica@ippdh.mercosur.int)

## Programação

- 9:00** Credenciamento
  - 9:30** Mesa de abertura do Fórum de Participação Social
  - 10:00** Apresentação da metodologia da V Consulta Pública
  - 10:30** Painel de abertura: Políticas públicas regionais para as pessoas LGBTI e a consolidação de uma cidadania regional inclusiva.
  - 11:00** Plenária: Exposição das organizações e movimentos sociais participantes
  - 12:30 Almoço
  - 13:30** Grupos de Trabalho
  - 14:30 Intervalo
  - 14:45** Grupos de Trabalho
  - 15:45 Plenária: Apresentação das propostas dos Grupos de Trabalho
  - 16:30 Conclusões e encerramento
- 

### Antecedentes no MERCOSUL

O debate sobre a construção das políticas públicas de proteção e promoção dos direitos das pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais) tem, como primeiros antecedentes no MERCOSUL, a IX Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH), celebrada em 2007, em Montevideu, Uruguai, quando ocorreu o *Seminário sobre Diversidade Sexual, Identidade e Gênero*. Nesta ocasião, se demonstrou “a urgente necessidade de trabalhar para erradicar a discriminação por orientação sexual e identidade/expressão de gênero nos nossos países e reconhecer os direitos da diversidade sexual como direitos humanos fundamentais”, assim como “gerar e/o impulsionar políticas públicas transversais em todas as áreas do governo (...) leis anti-discriminatórias, programas e ações, no âmbito da educação, da saúde, do trabalho, etc, que promovam expressamente a não discriminação por orientação sexual e identidade/expressão de gênero, em especial aquelas que permitam o acesso das pessoas trans nesses âmbitos”. Neste momento, os Estados decidiram pela criação do Subgrupo de Trabalho Diversidade Sexual, Identidade e Gênero da RAADH, instância que começou seu trabalho em 2008, e a partir de 2010 se autonomiza como Grupo de Trabalho LGBT.

Desde então, notam-se avanços na discussão e o compromisso dos países do MERCOSUL em continuar com a temática. Em 2015, o Grupo de Trabalho passou a ser uma Comissão Permanente e contar com um Plano de Trabalho (2015-2017), importante passo para o fortalecimento do debate de direitos das pessoas LGBTI.

Entre as ações previstas em seu plano de trabalho, a Comissão Permanente decidiu solicitar ao IPPDH a sistematização de um Compêndio Regional de Boas Práticas Governamentais de

Garantia e Proteção dos Direitos das pessoas LGBTI. Este compêndio foi apresentado durante a XXIX RAADH realizada nos dias 29 de maio a 02 de junho de 2017, em Buenos Aires, Argentina. Também nessa ocasião, a Comissão Permanente decidiu que em sua próxima reunião, durante a Presidência Pro Tempore de Brasil, no segundo semestre de 2017, avaliará o cumprimento do atual Plano Bianual e debaterá o desenho do **novo Plano de Trabalho (2018-2019)**.

Neste sentido, a V Consulta Pública do Fórum de participação Social do IPPDH busca facilitar o intercâmbio da sociedade civil da região para a construção de novas propostas para o MERCOSUL, em especial, para a formulação do próximo Plano de Trabalho da Comissão Permanente LGBTI de RAADH.

### **Metodologia da V Consulta Pública**

As edições semestrais do Fórum de Participação Social do IPPDH têm seguido uma metodologia comum para as Consultas Públicas que combina um debate inicial mais amplo - em plenárias – sobre conjuntura e os avanços e desafios das políticas nacionais e regionais, com discussões de diagnósticos e propostas mais específicas - em grupos de trabalho - a partir de algumas perguntas orientadoras que ajudam a orientar o diálogo para a construção de uma agenda social regional. A participação das organizações e movimentos sociais ou de qualquer pessoa interessada na temática é aberta. O evento será transmitido online e se aceitarão contribuições por escrito a través do e-mail [consultapublica@ippdh.mercosur.int](mailto:consultapublica@ippdh.mercosur.int)

Depois das apresentações institucionais do IPPDH, da UPS e dos organismos internacionais presentes, será realizado um painel sobre a importância das políticas públicas regionais de promoção e proteção dos direitos das pessoas LGBTI para a consolidação de uma cidadania regional inclusiva, baseada nos princípios da igualdade e da não discriminação.

Em seguida, os e as representantes da sociedade civil presentes farão uma breve exposição inicial, orientados pelas seguintes perguntas orientadoras:

- Quais são os principais desafios regionais na temática de direitos das pessoas LGBTI que exigem respostas coordenadas dos países?
- Quais são os principais desafios para as organizações da sociedade civil para lograr a promoção e proteção dos direitos das pessoas LGBTI na região?

Após o intervalo de almoço, organizaremos dois blocos de **Grupos de trabalho**, correspondentes aos seguintes eixos temáticos:

(1) **Acesso e gozo de direitos e espaços de representação política.** Pensar a superação de obstáculos e outras situações que impedem o exercício dos direitos e que garantam espaços de representação política das pessoas LGBTI. Direitos civis e políticos. Direitos econômicos, sociais e culturais. Direitos sexuais e reprodutivos. Acesso a documentos de identidade.

(2) **Memória, verdade, justiça e reparação histórica das pessoas LGBTI.** No marco dos processos atuais de memória, verdade, justiça e reparação, refletir sobre medidas de visibilização da violência contra a população LGBTI durante as ditaduras, em situações pós-conflito e a permanência autoritária em instituições democráticas.

(3) **Educação e saúde.** Sistemas educativos, planos, medidas e ações de combate à discriminação através da educação formal e não formal. Estado laico. O papel dos meios de comunicação. Campanhas de sensibilização. Educação sexual integral. Acesso a sistemas de saúde. Medicamentos e operações.

(4) **Direito ao trabalho digno.** Políticas para garantir acesso, permanência, integração aos espaços dos distintos atores das relações de trabalho e promoção de espaços laborais livres de discriminação e respeitosos da livre orientação sexual e identidade das pessoas LGBTI. Garantia da expressão de gênero. Capacitação laboral. Políticas afirmativas de inserção ao trabalho formal.

(5) **Justiça e segurança cidadã.** Violência institucional contra as pessoas LGBTI. Impunidade e situação das vítimas. Políticas de segurança cidadã e programas de proteção em casos de violência de gênero. Sistemas de justiça. Defensores de direitos Humanos. Liberdade de expressão e manifestação. Protocolos de segurança. Pessoas privadas de liberdade ou em situação de cárcere. Centros de “reabilitação”. Persistência de legislações que criminalizam as pessoas LGBTI.

(6) **Mobilidade humana, cultura e etnia.** Migrantes LGBTI pertencentes a maiorias ou minorias raciais, étnicas ou culturais historicamente excluídas. Solicitação de refúgio e asilo. Cidadania regional inclusiva.

(7) **Famílias diversas.** Reconhecimento legal das diversas formas de famílias formadas por pessoas LGBTI. Acesso a tecnologias de reprodução assistida. Adoção. Identidade e crianças: reconhecimento legal da condição de filhos e filhas de família LGBTI, reconhecimento da identidade de gênero das crianças trans. Adultos Maiores. Proteção contra violência familiar.

(8) **Orçamento público e financiamento para políticas públicas para pessoas LGBTI.** Transparência de dados e informações. Produção de dados e estatísticas. Acesso a recursos públicos. Fundos públicos e privados para a sociedade civil.

Para facilitar a organização dos GTs, os e as participantes deverão indicar previamente suas preferências por um eixo temático de discussão. Cada GT contará com perguntas orientadoras específicas. Como temas transversais para toda a discussão, se incluem: a prevalência do princípio da igualdade e da não discriminação, a necessidade de modificação dos padrões e preconceitos socioculturais sobre as pessoas LGBTI, políticas descentralizadas (que contemplem pequenos municípios, comunidades rurais, indígenas, tradicionais), a

importância de visibilizar e difundir a situação das pessoas intersex e as identidades e corporalidades diversas.

Ao final do evento se apresentará uma sistematização dos aportes das organizações. O IPPDH organizará um documento síntese que será divulgado e publicado na nossa página web. As propostas formuladas na V Consulta Pública serão remetidas para análise da Comissão Permanente LGBTI da RAADH e de outras instâncias do MERCOSUL pertinentes.

#### **Documentos de Referência:**

IPPDH. *LGTBI: Compendio regional de buenas prácticas gubernamentales de garantía e protección de derechos*. Buenos Aires, 2017. Disponível em:

<http://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2017/05/Editorial-LGTBI-Digital.pdf>

RAADH. *Atas e Outros Documentos da Comissão Permanente LGBTI*. Disponível em:

<http://www.raadh.mercosur.int/comisiones/lgbt/#>

---

#### **Sobre o IPPDH**

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL é uma instância regional, criada em 2009 por Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 14/09. Tem como funções principais a cooperação com os Estados em âmbito técnico, em pesquisa, capacitação e o apoio na coordenação de políticas regionais dos direitos humanos. Tem sede em Buenos Aires, Argentina. O IPPDH se propõe a contribuir no desenho, implementação e consolidação das políticas públicas em direitos humanos como eixo fundamental da identidade, do desenvolvimento e da integração dos países do MERCOSUL.

[www.ippdh.mercosur.int](http://www.ippdh.mercosur.int) // [www.facebook.com/IPPDH](https://www.facebook.com/IPPDH) // @IPPDHMERCOSUR

---

#### **Sobre a UPS**

A Unidade de Apoio a Participação Social do MERCOSUL foi criada pela Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 65/10, com o objetivo de consolidar e aprofundar a participação de organizações e movimentos sociais da região no bloco. Tem como funções: atuar como um canal institucional de diálogo do MERCOSUL com as organizações e movimentos sociais; a construção e manutenção de um registro de organizações e movimentos sociais do MERCOSUL; o apoio às Cúpulas Sociais; e a elaboração de um projeto de norma para a criação de um fundo para a participação social no MERCOSUL e sua administração.

[www.facebook.com/upsmercosur](https://www.facebook.com/upsmercosur) // [www.mercosur.int/t\\_generic.jsp](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp) // @UPSMERCOSUR